

**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de abertura do II Encontro Nacional dos Povos das Florestas**

Brasília - DF, 18 de setembro de 2007

É a primeira vez em tantos anos que eu me defronto sozinho na frente de dois microfones e de tanta gente sem ter ninguém do meu lado.

Eu queria cumprimentar a nossa querida companheira Marina,

Os nossos ministros Gilberto Gil, Guilherme Cassel,

Companheiro Luiz Dulci,

Gostaria de cumprimentar o governador do estado do Amazonas, Eduardo Braga, que está presente entre nós,

Gostaria de cumprimentar o Jecinaldo Saterê Mawé, coordenador das Organizações Indígenas da Amazônia,

Cumprimentar os companheiros que vieram dos mais longínquos rincões deste País, e as nossas companheiras também, e tentar ser breve porque eu estou com dois problemas. Primeiro, porque o Milton Nascimento está aqui nas minhas costas esperando, com tudo montado, para um grande espetáculo. E segundo, porque eu estou com o fuso horário de seis horas na minha cabeça. Se para vocês agora são 9h15, para mim já suas 2h15 da manhã. E a única coisa que o ser humano não consegue controlar é o sono. Ele controla qualquer coisa, mas o sono é quase impossível.

Não posso ser muito breve, porque o discurso não me permite ser muito breve, mas não se preocupem porque as folhas aqui são muito grossas também.

Chegar a este II Encontro Nacional dos Povos das Florestas e encontrar nossos companheiros e companheiras, depois de uma importante viagem em que afirmei a contribuição brasileira na construção de uma nova matriz energética mundial, imprescindível ao desenvolvimento sustentável do Planeta, é para mim um verdadeiro presente. Digo isso não apenas pela alegria de me sentir novamente em casa, mas sobretudo pelo orgulho de ser um cidadão brasileiro e um chefe de Estado que encontra todo o mosaico cultural, ético e social que forma a nação, reunido em um só local com a determinação comum

de desbravar um futuro de equilíbrio e bem-estar.

Aqui estão os rostos da Amazônia e os da caatinga, os do cerrado e os do pantanal, os da Mata Atlântica, os dos Pampas e os da zona costeira. Aqui se falam e se ouvem as línguas e os sotaques das nações indígenas e as dos quilombolas, dos seringueiros, dos castanheiros da Amazônia, das quebradeiras de coco de babaçu. Podemos aqui ouvir o linguajar das comunidades de fundos de pastos e dos faxinais do Sul, bem como falar dos pescadores e dos ribeirinhos, o dos caiçaras e dos praieiros, o dos meus queridos sertanejos e jangadeiros do Nordeste e, mais além, o linguajar dos açorianos e dos campeiros, o dos povos das vazantes e dos pantaneiros. Estão aqui a fala do Brasil das gerais e a do Brasil das veredas, a dos barranqueiros do São Francisco e de tantos outros vertedouros nacionais.

Percorrer essa aquarela de feições, de culturas, é presenciar o encontro da diversidade com a harmonia, é ter a oportunidade, tão rara em outros países, de enxergar um povo que, sem renunciar ao seu passado e à sua história, se une na determinação comum de construir um futuro de equilíbrio e bem-estar para todos. É no Brasil e é graças a vocês todos que se encontra o mais fascinante patrimônio de culturas e tradições do século XXI. E é aqui também que todos nós estamos afirmando diariamente a convivência democrática e levando ao mundo a esperança no humanismo sem barreiras, sem preconceitos e sem privilégios.

Meus queridos amigos e amigas,

Somos todos filhos de nossa própria história. E se hoje trilhamos a passos firmes o caminho do desenvolvimento sustentado e do respeito à diversidade, devemos isso àqueles que tiveram a coragem de, com sua luta e mesmo com a sua vida, desbravar um futuro melhor para todos.

Tenho certeza de que as pegadas que abriram esse caminho continuam forte na nossa memória. São os passos de homens e mulheres, muitos aqui presentes, que de forma precursora, levaram ao Planeta uma das mais sofisticadas propostas de desenvolvimento para a Humanidade.

Entre essas pessoas destaco o bravo papel do companheiro Chico Mendes. Um homem do povo, um brasileiro, um seringueiro que elevou a floresta à condição de laboratório para a criação do futuro sustentável. Chico Mendes anteviu a reconciliação do progresso com a natureza por meio da

justiça social. E provou com ações práticas a força e a pertinência de suas idéias, organizou seringueiros, construiu o sindicato, fundou o Conselho Nacional de Seringueiros e ajudou a criar um partido e a democratizar o Brasil em que hoje vivemos. Uma de suas maiores lições foi a de que não existe uma contradição irreconciliável entre o desenvolvimento e a floresta. Existe, sim, contradição entre justiça e injustiça, entre liberdade e opressão, entre igualdade de oportunidade e privilégio.

Já o desenvolvimento de verdade só ocorre com o respeito à natureza. E a salvação para o meio ambiente apenas existe quando há condições dignas de vida para a população. Foi essa a mensagem que Chico Mendes levou ao mundo quando lançou as bases para a união dos povos da floresta. Foi com essa luta coletiva que ele revelou a todos a existência de uma Amazônia diferente, onde havia um povo que exigia respeito, que queria direitos e chamava por cidadania. O líder seringueiro nos ensinou que a Amazônia não estaria a salvo sem que o seu povo fosse respeitado, nem tampouco o seu povo estaria a salvo se a floresta não fosse respeitada. Chico Mendes foi assassinado em 1988, três meses antes do primeiro encontro dos povos das florestas. Tinha 44 anos de idade. A lição com que encerrou sua vida, porém, foi herdada por todos nós. As sementes espalhadas pelas florestas, pelas cidades e por todo o Planeta, conquistaram vida própria e espalharam raízes.

Minhas queridas companheiras e companheiros,

Naquela época, há quase 20 anos, uma cabocla de corpo frágil e fibra forte, estava ao lado de Chico Mendes. Não vou fazer as contas, mas ela tinha 28 anos e até os 16 praticamente não havia saído da floresta, nem tinha aprendido a ler. Seu nome: Marina da Silva. Hoje ela é ministra do Meio Ambiente e é a prova de que a linha do tempo não se quebrou. É a garantia de que os povos das florestas estão representados no centro das decisões do Estado brasileiro e de sua luta histórica pelo desenvolvimento sustentável, onde se reflete na estratégia do governo para reconciliar a natureza e o crescimento nacional.

Os embates organizados por Chico Mendes, para defender a floresta, não contavam com a simpatia dos poderosos e lhe custaram a vida. Hoje, são operações do Estado brasileiro, têm apoio do Exército e da Polícia Federal, são amplas, sistemáticas, estruturais e acima de tudo vitoriosas. Juntos, governo e

sociedade, reduzimos em 50% o desmatamento na Amazônia nos últimos dois anos. Na Mata Atlântica, as reduções foram de 75%. Isso equivale a evitar o lançamento, na atmosfera, de 430 milhões de toneladas, as emissões de gás carbônico.

Já homologamos mais de 10 milhões de hectares de terras indígenas, entre elas a Raposa Serra do Sol e podemos dizer, com orgulho, que o Brasil já pratica aquilo que a Assembléia Geral das Nações Unidas acaba de aprovar: o direito dos povos indígenas às suas terras, ao seu território e aos recursos necessários à sua sobrevivência e à proteção da sua cultura.

Nossos esforços nos permitiram dobrar a área destinada a reservas extrativistas no Brasil. Se compararmos com dados de 2002, criamos mais 21 novas reservas extrativistas, num total de 10 milhões e 100 mil hectares que beneficiam mais de 20 mil famílias. Estamos empenhados em criar mais reservas extrativistas e outras unidades de conservação de uso sustentável até 2010. Fazemos isso para atender a uma legítima demanda dos povos e comunidades tradicionais, a garantia de acesso a seus territórios e aos recursos naturais. Isso é a verdadeira reforma agrária dos povos das florestas.

Além de decretar a proteção, estamos plantando em cada reserva uma semente do desenvolvimento sustentável. Essa é a razão pela qual até dezembro teremos pelo menos um analista ambiental em cada uma das reservas extrativistas brasileiras. Esses técnicos contribuirão para a gestão da reserva e para o desenvolvimento de projetos que não prejudiquem as florestas.

Minhas amigas e meus amigos,

Em fevereiro deste ano assinei o decreto que instituiu a política nacional para o desenvolvimento sustentável para os povos e comunidades nacionais. O ato foi o coroamento de um esforço de desenvolvimento pelo Ministério do Desenvolvimento Social e do Meio Ambiente, entre outros, e contou com ampla participação dos segmentos envolvidos. Tenho certeza de que este foi um passo de extrema importância para conferir cidadania a um importante e secularmente esquecido segmento da sociedade brasileira.

O governo federal está desenvolvendo diversas iniciativas para implementar essa política. Entre elas está o conjunto de ações sociais para os povos indígenas que devo lançar no próximo dia 21 em São Gabriel da Cachoeira. Estão também as ações para as demais comunidades tradicionais

que serão anunciadas em breve. No mesmo sentido estamos destinando, em caráter emergencial, 138 milhões de reais para ações de fomento à inclusão produtiva e para a aquisição, pelo governo, de produtos orgânicos, extrativistas e agroecológicos, originários das comunidades tradicionais.

E hoje estamos anunciando uma ação fundamental para a implementação dessa política, a primeira Pesquisa Nacional de Contagem dos Povos e Comunidades Nacionais, numa parceria entre o IBGE, o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério do Meio Ambiente. O trabalho, que contará com o financiamento da Petrobras, permitirá ao poder público identificar melhor esses segmentos sociais e assim considerá-los de forma mais adequada nas suas políticas.

Com a criação do Serviço Florestal Brasileiro e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e a integração dos ministérios correlatos, o Brasil tem ainda mais condições de fortalecer a estratégia de criação de uma economia sustentável, em harmonia com o ambiente.

Como bem disse a ministra Marina, o sentido de nossas ações, afinal, é trocar o “não pode” pelo “como pode”, de forma correta, em bases sustentáveis, o que dá força e legitimidade para cobrar direitos históricos, influenciar a política de concessões públicas e a formulação de novos projetos de desenvolvimento sustentável.

Quero ainda destacar a importância das comunidades tradicionais para a conservação da biodiversidade e para a manutenção do equilíbrio ambiental, sobretudo pela conservação dos serviços ambientais gerados pela floresta, como por exemplo, a conservação do clima e a proteção dos recursos hídricos.

Por essa razão estamos trabalhando também para considerar no âmbito das políticas públicas a valorização dos serviços ambientais que essas comunidades prestam ao ambiente, sobretudo nesse momento em que todos se preocupam com os efeitos negativos das mudanças climáticas.

Meus amigos e minhas amigas,

Graças ao esforço de todos nós e às importantes contribuições que a luta e o ensinamento dos povos das florestas deram para a política nacional, nosso País recuperou a oportunidade histórica de materializar o sonho de Chico Mendes. Voltamos a crescer e crescemos para todos. O Brasil de hoje é o menos desigual dos últimos 25 anos. Não descuidaremos das lições trazidas

pelos povos das florestas.

Este governo começou e terminará fiel à sua convicção de que expandir as fronteiras da justiça social é indispensável para vencer a dupla devastação do nosso tempo. A devastação da miséria que destrói os recursos naturais, e a devastação da esperança que liquida a dignidade humana.

Meus companheiros e minhas companheiras,

No próximo final de semana, Marina e eu estaremos viajando para os Estados Unidos. Vamos ao encontro convocado pelo secretário-geral das Nações Unidas, para discutir a questão climática e eu, à noite, vou participar de um jantar com os presidentes dos principais países do mundo para discutir a questão climática.

É importante a gente dizer para vocês, porque eu tenho me recusado a aceitar lições que qualquer governante tente dar ao Brasil de como preservar as suas florestas. Esses dias me deparei com um estudo da Embrapa, que demonstrava que da mata existente no planeta Terra há 8 mil anos, o Brasil detinha apenas 9% das florestas do Planeta, e hoje o Brasil detém 29,5% porque eles acabaram com a deles. Se a gente analisar o que aconteceu nesse momento, o Brasil ainda é um país que detém 69% das suas florestas.

Nós queremos discutir a questão climática, fazendo com que os países que mais poluem o Planeta assumam a responsabilidade de fazer os investimentos. É preciso rediscutir o padrão de consumo, é preciso rediscutir o padrão de conhecimento e nós não aceitaremos que, mais uma vez, em cima dos pobres seja jogada a responsabilidade de pagarmos o preço por uma coisa que não fomos nós que cometemos.

Essa é uma discussão que vai acontecer daqui para frente em todos os fóruns. E o Brasil precisa se preparar porque é um enfrentamento que nós teremos que fazer para defender aquilo que é nosso. Todo mundo tem que saber que a Amazônia tem dono, todo mundo tem que saber que lá moram 23 milhões de habitantes, que aquilo não é terra de ninguém, aquilo é terra de brasileiros, ocupada por índios, por seringueiros, por trabalhadores e por tantas outras pessoas, portanto, nós, governo brasileiro e povo brasileiro, queremos assumir a responsabilidade de fazer daquilo o que precisa ser feito para que a gente possa extrair dali o sustento e a riqueza para milhões de pessoas que moram ali. Tem gente que pensa que na Amazônia não mora ninguém.

Uma outra coisa que eu queria dizer para vocês. Eu penso que é importante lembrar que nós temos uma caminhada muito grande pela frente. Este País não tem facilidades para fazer muitas coisas, nós dependemos da estrutura legal do País, dependemos de uma série de marcos regulatórios, mas é inegável o que nós conseguimos avançar.

Depois de amanhã estarei com o governador em São Gabriel da Cachoeira. Primeiro vamos lançar, aqui em Brasília o PAC/Funasa, que visa levar água potável e coleta de esgoto para 90% das comunidades indígenas deste País. E vamos lançar em São Gabriel da Cachoeira, e da mesma forma vamos resolver o problema de água potável e esgotamento sanitário para 50% dos quilombolas organizados neste País hoje.

Eu estou dizendo isso porque amanhã vai ter a participação de 250 representantes das comunidades indígenas no ato, vai ter 250 representantes dos quilombolas, vai ter os prefeitos das cidades pequenas, porque nós vamos pegar os lugares que têm malária, os lugares que têm Doença de Chagas, e vamos tentar atacar onde a situação está pior no Brasil.

Querida dizer para vocês que nós temos mais 3 anos e meio de governo. Nesses 3 anos e meio nós poderemos fazer muito mais do que fizemos nos quatro anos e meio. Por que podemos fazer mais? Porque temos mais experiência, porque cada ministro já aprendeu mais, cada funcionário já aprendeu mais, vocês também aprenderam, e aprenderam muito, e agora o que nós precisamos é ir concretizando para ver se a gente, ao terminar o governo, tem materializado o cumprimento dos sonhos que vêm batendo na nossa consciência nesses últimos 20 anos.

Por isso, eu quero dar os parabéns a vocês e dizer o seguinte: vocês vão discutir as idéias, as propostas. É importante que, ao terminar essa proposta, ela seja entregue ao governo e que a gente marque uma data para que a gente possa discutir, mandando essa pauta para cada Ministério, para a gente poder acompanhar o desenvolvimento disso, porque se entregar apenas uma pauta e não houver a cobrança sistematizada, muitas vezes a gente não dá o tratamento que precisava dar.

Então, eu quero dizer para vocês uma coisa, eu sou casado com a dona Marisa há 34 anos. Eu, de vez em quando, olho para ela e fico pensando: já fizemos tantas coisas juntos, mas ainda tem tanto por fazer. Eu fico olhando

para vocês e falo: já fizemos tantas coisas juntos, mas ainda temos tantas coisas para fazer. E, certamente, iremos fazê-las até o final do nosso mandato.

Muito obrigado, que Deus abençoe todos vocês.